

O Ministro está preocupado com a Constituição

# Militares já se

preparam para

# a Constituinte

3 JAN 1987

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, que desde que assumiu o cargo vem demonstrando constante preocupação em relação aos novos rumos que a Nova República deverá tomar a partir da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, dirigiu mensagem a seus comandados expressando sua posição sobre a democracia, a segurança e a destinação constitucional expressões que considera literalmente ligadas aos interesses das Forças Armadas, especialmente ao Exército, por ser a força-base do País, formado com cerca de 200 mil homens em armas.

Para Leônidas Pires, "uma constituição encerra normas jurídicas elaboradas de forma solene, livre e soberana, pelos legítimos representantes do povo". Destaca que, para ser autêntica, deve basear-se nos valores e princípios tradicionalmente aceitos pela Nação, à luz de suas condições históricas particulares e com vistas à projeção da sua futura grandeza, abstando-se de preconceitos episódicos, numa nítida alusão à defesa que vem fazendo para manter o atual papel das Forças Armadas na Nova Carta Magna do País, no momento um assunto polêmico na área política, e que teve na Comissão Afonso Arinos a maioria de seus membros votando contra a sua preservação.

O mecanismo de autodefesa na Nova Constituição, segundo Leônidas, "é condição imprescindível a uma democracia que se pretende estável e duradoura". Leônidas e seus colegas da marinha e da Aeronáutica defendem que segurança não é ideologia. Leônidas argumenta que a segurança nacional é um conceito e não uma ideologia. "Aplica-se a qualquer regime político. Representa a garantia que o Estado pos-

sui de se aytioreservar. Propicia à Nação o direito de buscar, livre e soberanamente, seus objetivos", acrescenta.

Os ministros militares em reunião recente, firmaram posição de defesa à preservação de seu papel na nova Constituição baseando-se nos conceitos de que às Forças Armadas compete a defesa nacional, definida como um conjunto de ações desenvolvidas para alcançar ou reaver a segurança nacional, cuja maior consequência é a "preservação da liberdade do indivíduo, do grupo social e do Estado". Além dos itens tradicionalmente mantidos nas constituições brasileiras, no que diz respeito ao papel dos militares — a defesa da pátria e a garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem — eles vão defender ainda a obrigatoriedade do serviço militar, que a Comissão Afonso Arinos deseja excluída na nova Carta, estabelecendo o voluntariado.

Os ministros militares, que passaram o Natal e fim-de-ano fora de Brasília, iniciam o ano de 1987 voltados para a execução dos projetos de reaparelhamento de suas respectivas organizações e municiando seus assessores parlamentares para um trabalho junto aos congressistas visando a convencê-los da necessidade de se manter o papel dos militares na nova Constituição, tal qual se insere na atual Carta do País. Pelos menos 12 oficiais superiores (com curso de estado-maior e de especialização), seis do Exército, três da Marinha e três da Aeronáutica estarão engajados no trabalho de contatos com os novos constituintes, usando o diálogo como arma para mostrar o papel histórico dos militares na defesa da soberania nacional, na preservação dos poderes constituidos e no desenvolvimento sócio-econômico.

ANC 88

Pasta 1 a 10 Jan/87

014